

NORONHA, Jovita Maria Gerheim (org). *Ensaaios sobre a autoficção*. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

### **Autoficção: tentativas de teorização**

Roberta Cristina de Oliveira Saçço<sup>1</sup>

“*Ensaaios sobre Autoficção*” é uma coletânea de textos de críticos e escritores franceses consagrados. O objetivo do livro é disponibilizar as reflexões desses teóricos em língua portuguesa e, assim, ampliar a reflexão e o debate sobre o tema na tentativa de uma teorização.

O tema “Autoficção” vem sendo muito debatido ultimamente, contudo, sem que haja um consenso no que se concerne a sua conceituação. O livro, organizado pela Professora Doutora Jovita Maria Gerheim Noronha, apresenta ao leitor brasileiro um panorama da história da autoficção na França, país onde surgiram os primeiros debates sobre o tema.

A obra em questão tem um valor incalculável aos estudos literários e se constitui leitura obrigatória para todos aqueles que se interessam pela relação autobiografia e ficção. A apresentação é assinada pela organizadora, que descreve a proposta de cada ensaio. Entre os autores de textos incluídos no livro estão Philippe Lejeune, Vincent Colonna, Jacques Lacarme, Serge Doubrovsky, Jean-Louis Jeannelle, Philippe Vilain e Phileppe Gasparini.

No primeiro ensaio da coletânea “Autoficções & cia. Peça em cinco atos.”, Lejeune, numa linguagem autobiográfica, lança mão da imagem de uma construção para ilustrar a trajetória do termo autoficção em cinco atos, que seriam cinco episódios envolvendo a tentativa de teorização do conceito. Esse termo teve sua origem no “pacto autobiográfico”, um contrato de leitura entre autor e o leitor que estabelece a identidade entre autor, narrador e personagem. No entanto, a teoria lejeuniana deixou duas lacunas a serem preenchidas, o que

---

<sup>1</sup> Mestranda em Estudos Literários pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF. Orientadora Professora Doutora Enilce do Carmo Albergaria Rocha.

no ensaio ele chama de “casa cega”. Serge Doubrovsky decide, então, preencher essa casa vazia: em seu livro “*Fils*” dará a seu personagem seu nome e dirá se tratar da ficcionalização de si.

Ficção, de acontecimentos e fatos estritamente reais; se se quiser, autoficção, por ter confiado a linguagem de uma aventura à aventura da linguagem, fora da sabedoria e fora da sintaxe do romance, tradicional ou novo. Encontro, fios de palavras, aliteraões, assonâncias, dissonâncias, escritas de antes ou de depois da literatura, concreta, como se diz em música (NORONHA, 2014, p.23).

No terceiro ato, Jacques Lacarme põe em dúvida a novidade da descoberta de Doubrovsky, de fato a casa era cega, todavia não estava vazia, pelo contrário, muitos autores fazem autoficção sem saber o que o termo designa. Já no quarto ato Vincent Colonna retoma o conceito com uma nova definição em que ficcional (a forma literária) e fictício (a invenção) compartilham de um mesmo sentido. O quinto ato termina com o colóquio organizado por Doubrovsky sobre a autoficção, que aconteceu em Nanterre em novembro de 1992. Os debates suscitaram as mais diversas variações que podem ser comprovadas na guia de epígrafe do evento e reproduzidas ao final do livro.

No segundo ensaio – “Tipologia da autoficção” – Vincent Colonna propõe quatro diferentes formas de autoficção: a fantástica, a biográfica, a especular e a intrusiva (autoral).

Conforme Colonna, na autoficção fantástica, o escritor está no centro do texto e é o herói, mas transforma sua existência em uma história irreal. Ao inventar a existência, o escritor experimenta (juntamente com leitor) “um “devir-ficcional”, um estado de despersonalização, mas também de expansão e de nomadismo do Eu” (NORONHA, 2014, p.42).

Na autoficção biográfica, o escritor continua no centro do texto sendo o herói em torno do qual a narrativa se ordena e fabula sua existência a partir de dados reais. Trata-se de um “mentir-verdadeiro”, uma distorção a serviço da veracidade.

A autoficção especular tira o autor do centro e o coloca no canto do texto, ele pode estar em qualquer lugar na obra. Essa forma da autoficção se baseia no reflexo do autor dentro do livro, “metáfora do espelho”.

E, por fim, na autoficção intrusiva (autoral) o escritor é um contador de histórias, fica à margem da intriga. É um narrador-autor que se situa distante da história.

“Autoficção: um mau gênero?” é o terceiro ensaio da série e nele Jacques Lecarme define autoficção de forma muito simples “uma narrativa cujo autor, narrador e protagonista compartilham da mesma identidade nominal e cuja denominação genérica indica que se trata de um romance” (NORONHA, 2014, p.68). Assim, segundo o autor, a autoficção se torna uma autobiografia desenfreada, deixando de se opor a ela.

No ensaio intitulado “O último eu”, Doubrovsky faz uma análise sobre o impacto do termo “autoficção” no meio acadêmico e em buscas na internet, reforçando que a criação desse termo vem preencher uma lacuna deixada por Lejeune em “O pacto autobiográfico”.

De modo contundente, o teórico menciona o que a autoficção se propõe a não ser. No que se refere ao tempo, a autoficção é um relato de fluxo de consciência, um “eu referente” (no presente) não conta a experiência de um “eu referido” (no passado), aqui o vivido se conta vivendo. No que diz respeito à identidade, o texto autoficcional deve ser lido como romance, mesmo que haja identidade entre autor, narrador e protagonista, nesse caso o pacto estabelecido é romanesco. Segundo o autor, devemos assinalar que as discussões a respeito do gênero são variadas e contradizentes, no entanto, no fundo não há oposição entre autobiografia e romance, toda autobiografia participa do romance, seja pelo empréstimo da narrativa em primeira pessoa, seja por questões de memória. Nenhuma memória é completa, as lembranças são histórias nas quais se misturam o vivido e o inventado, segundo as necessidades da causa. Assim, nas palavras do autor, autobiografia e autoficção, enquanto narrativas de si, serão sempre modelagem e roteirização romanesca da própria vida. “Toda biografia, qualquer que seja sua “sinceridade”, seu desejo de “veracidade”, comporta sua parte de ficção” (NORONHA, 2014, p.122).

Em meio a essa vasta produção, Jean-Louis Jeannelle, no ensaio “A quantas anda a reflexão sobre a autoficção?”, atualiza o debate em torno da trajetória da autoficção no momento em que o termo encontra-se dicionarizado e amplamente reconhecido. Jeannelle retoma a história da autoficção no ponto em que Lejeune deixou no ensaio “Autoficções e Cia”. O autor selecionou quatro momentos fundamentais, pós-Nanterre, que ofereceriam um panorama da crítica.

O primeiro marco, “1989/2004: Vincent Colonna e a ficcionalização de si”, diz respeito à tese que Colonna defendeu em 1989 e publicou em 2004, amplamente modificada,

segundo a qual o termo autoficção está ligado à ficcionalização do sujeito, sem limitar sua aplicabilidade a autenticidade, nesse caso o imaginário literário passa a ser valorizado. Esse modelo estende a definição doubrovskiana, cuja narrativa ficcional seria estritamente autobiográfica.

No segundo momento, “1996: Marie Darrieussecq: é possível ser sinceramente não sério?”, há o resgate da noção de autoficção concebida por Gérard Genette, para quem as narrativas podem ser ficcionais, e factuais, e essas últimas, para serem recebidas como literárias, dependem de um ato de atenção estético, diferentemente das ficcionais, que são diretamente percebidas como literárias. Esse duplo pacto de leitura insere a autoficção no campo dos escritos constitutivamente literários que abrigam, com resistência, a autobiografia. Marie Darrieussecq é quem introduz o gênero no meio acadêmico, em sua tese de doutorado, abrindo possibilidades para sua normatização ao analisar o fenômeno da dupla inscrição da autoficção.

No terceiro marco, “Philippe Forest e o elogio do romance”, o autor se propõe a desenvolver a ideia do “falso romance”, que seria o romance que não respeita o pacto romanescos e se insere numa narrativa factual. Assim, não era apenas o modelo autobiográfico que questionava modelos intermediários, Forest reconhecia um “novo naturalismo íntimo”, uma “ego literatura” indigente. Em vista disso, o autor conclui que toda narrativa de si pertence ao campo da ficção, na medida em que o escritor só pode delegar para si a simulação de um personagem num processo de despersonalização.

O quarto ponto abordado por Jeannelle diz respeito a Philippe Gasparini em “Philippe Gasparini, retorno ao início do jogo”, o qual representa um recuo a Philippe Lejeune. Trata-se da existência do “espaço autobiográfico”, combinação ambígua de contratos de leitura antitéticos. Para Gasparini, a autoficção seria “uma narrativa baseada na homonímia do autor, do narrador e do herói, mas que apresentava um desenvolvimento que se projetava em situações imaginárias” (NORONHA, 2014, p.140).

Ao terminar esse breve histórico sobre a falta de consenso que envolve a autoficção, Jeannelle destaca quatro pontos litigiosos que envolvem essa discussão: a ambiguidade (factual e ficcional), a definição de ficção (ficcional, fictício ou falso), a história literária e denominações genéricas (a autoficção seria ou não um gênero?) e a sobreposição das

instancias do discurso (teoria acadêmica, paratextos autorais e a crítica midiática). O autor termina seu ensaio levantando uma questão interessante: o conceito de autoficção não nasceu com o objetivo de explicar ao leitor o processo de composição do livro *“Fils”* e sim de explicar um fenômeno. Será que a genética, aqui entendida como o conceito dubrovskiano, poderia trazer sua contribuição ao debate?

Em “A prova do referencial”, sexto ensaio que compõe essa obra, Philippe Vilain, que é adepto da prática autoficcional, analisa três de suas obras, *“O abraço”*, *“O último ano”* e *“O verão em Dresde”*, no intuito de investigar o que ele chama de “a prova do referencial”. Ele compara seus textos aos manuscritos e constata que o texto publicado apresenta transformações, isso porque, ao ser lembrado, o referencial se reelabora e se reproduz sendo uma variação dele mesmo. A partir disso, ele levanta um problema teórico: em que medida o referencial diz mais respeito a um exercício de autoficcionalização do que a um exercício de ficcionalização?

No ensaio “Autoficção é nome de quê?”, Philippe Gasparini faz uma crítica ao conceito de autoficção proposto por Serge Doubrovsky. Para ele, no modelo dubrovskiano, a autoficção é a tradução literária da experiência do autor, assim, a palavra não foi criada para designar um gênero e sim para explicar seu próprio romance, *“Fils”*. Para Gasparini, o conceito de autoficção fugiu ao controle, ele propõe que o termo autoficção se reserve a textos que desenvolvem a tendência natural de se ficcionalizar, própria das narrativas de si.

O último ensaio, “Dois eus em confronto”, trata de uma entrevista, bastante esclarecedora, com Philippe Lejeune e Philippe Vilain, concedida a Annie Pibarot. Lejeune representando a autobiografia e Vilain a autoficção. Cinco perguntas norteiam a entrevista: a especificidade da escrita do eu, as críticas à escrita de si, a significação particular dessa forma de escrita hoje, os destinatários da escrita de si e seus dispositivos específicos.

Em suma, o conceito de autoficção apresenta-se com um objeto de estudo controverso e ambíguo, isso porque é cada vez mais comum a palavra servir de estímulo a práticas literárias antes difusas. Embora a palavra venha sendo usada para nomear uma prática que já existe entre escritores tanto franceses quanto de outras nacionalidades, esta coletânea se propõe a ampliar o debate para que o gênero se solidifique e os estudos nessa área avancem de forma significativa.